



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA**

**CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 2/2016 - UFRA, DE 26 DE JANEIRO DE 2016**

**NÍVEL E
PEDAGOGO**

22 de maio de 2016

Nome: _____ **Nº de Inscrição:** _____

BOLETIM DE QUESTÕES

LEIA COM MUITA ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES SEGUINTES.

- 1 Este BOLETIM DE QUESTÕES contém 45 QUESTÕES OBJETIVAS, sendo 10 de Língua Portuguesa, 10 de Legislação, e 25 de Conhecimentos Específicos. Cada questão objetiva apresenta cinco alternativas, identificadas com as letras **(A)**, **(B)**, **(C)**, **(D)** e **(E)**, das quais apenas uma é correta.
- 2 Confira se, além deste BOLETIM DE QUESTÕES, você recebeu o CARTÃO-RESPOSTA.
- 3 É necessário conferir se a prova está completa e sem falhas, bem como se o seu nome e seu número de inscrição conferem com os dados contidos no CARTÃO-RESPOSTA. **Caso exista algum problema, comunique-o imediatamente ao fiscal de sala.**
- 4 Após a conferência, assine seu nome no espaço próprio do CARTÃO-RESPOSTA.
- 5 A marcação do CARTÃO-RESPOSTA deve ser feita com **caneta esferográfica de tinta preta ou azul.**
- 6 O CARTÃO-RESPOSTA não pode ser dobrado, amassado, rasurado, manchado ou danificado de qualquer modo. Não é permitida a utilização de qualquer espécie de corretivo. O Cartão-Resposta somente será substituído caso contenha falha de impressão e/ou se os dados contidos no cartão não corresponderem aos seus.
- 7 O CARTÃO-RESPOSTA será o único documento considerado para a correção das provas objetivas.
- 8 O candidato deverá permanecer obrigatoriamente no local de realização da prova por, **no mínimo, 2 (duas) horas** após o início da prova.
- 9 Quando terminar a prova, devolva ao fiscal de sala todo o material relacionado no item 2 acima e assine a LISTA DE PRESENÇA. A assinatura do seu nome deve corresponder àquela que consta no seu documento de identificação.
- 10 O tempo disponível para a prova é de **quatro horas, com início às 14:30 horas e término às 18:30 horas**, observado o horário de Belém-PA. O candidato na condição de PcD que solicitou tempo adicional tem direito 1 (uma) hora além do tempo determinado para a prova.
- 11 Reserve os 30 minutos finais para marcar seu CARTÃO-RESPOSTA. Os rascunhos e as marcações assinaladas no BOLETIM DE QUESTÕES não serão considerados na avaliação.

MARQUE A ÚNICA ALTERNATIVA CORRETA NAS QUESTÕES DE 1 A 45.

LÍNGUA PORTUGUESA

Chico Buarque e a era da grosseria online

Os xingamentos ao cantor mostram que há uma migração para o mundo físico de um comportamento péssimo das redes sociais

01 Você deve ter visto o vídeo do cantor Chico Buarque sendo xingado por um grupo de
02 jovens aparentemente alcoolizados. Um bate-boca típico de bar. O fato ocorreu na última
03 segunda-feira (21), na saída de um restaurante no Leblon, na cidade do Rio de Janeiro. O vídeo
04 publicado no *Glamurama* mostra o grupo de jovens em volta do cantor questionando o fato de ele
05 defender publicamente o Partido dos Trabalhadores. [...]

06 Não houve agressão física. Só sobrou grosseria – uma tendência comportamental que
07 marcou o ano de 2015 no Brasil. Em agosto, falamos em reportagem da ÉPOCA sobre o
08 fenômeno que chamamos de "A era da grosseria online". Em algum momento, passamos a achar
09 razoável tratar quem pensa diferente com xingamentos e pontapés virtuais. Em algum momento,
10 passamos a achar bacana pegar o comentário de alguém, colocar numa comunidade com ideias
11 contrárias e participar de sessões de linchamento virtual. Com o aval e o apoio de quem pensa
12 como nós – já que o Facebook nos induz a ler apenas o conteúdo com o qual concordamos – nos
13 tornamos visigodos da era digital em busca de um povo inimigo para exterminar.

14 O problema – e o caso de Chico é só mais um entre tantos, nos diferentes espectros
15 políticos – é que esse comportamento vem gradativamente migrando para o mundo físico.
16 Pessoas estão se sentindo à vontade para abordar quem pensa diferente na rua e disparar
17 agressões físicas e verbais. Não se trata de liberdade de expressão ou de politicamente correto.
18 Trata-se de um ambiente em que não há espaço para diálogo. Apenas monólogos de quem foi
19 munido por um arsenal de informações recebidas das redes sociais e de sites obscuros e não
20 suporta ser confrontado com uma opinião diferente.

21 [...]

22 Vivemos a era da grosseria e da intolerância e sobretudo a era da ignorância.
23 Compartilhamos textos apenas lendo o título e vendo foto. Compartilhamos textos claramente
24 mentirosos. Compartilhamos matérias de sites de humor, como o *Sensacionalista*, acreditando
25 serem reais. Depois colocamos a culpa no Brasil. "Ah, mas aqui ocorre tanto absurdo que eu achei
26 que fosse verdade". Achou mesmo ou de repente cegou-se diante da facilidade em espriar seu
27 ódio e sua insatisfação?

28 É curioso que estejamos nos tornando mais ignorantes numa era em que quase toda a
29 informação pode ser checada com dois cliques do mouse ou a dois toques na tela do
30 celular. Parece que esse segundo toque dá muito mais trabalho do que o primeiro.

31 [...]

32 Não podemos achar normal que esse comportamento extremo das redes sociais migre
33 para o mundo físico. São locais de naturezas distintas e, portanto, de reações com proporções e
34 consequências diferentes. [...]

35 As redes sociais são uma poderosa ferramenta para obter conhecimento, estreitar laços,
36 conhecer gente nova, namorar, se entreter. Mas também se mostraram um habitat perfeito para a
37 ignorância, a intolerância e a truculência. Não é difícil escolher quais dessas características
38 deveríamos trazer para o mundo real e quais deveriam permanecer nos guetos virtuais.

BRUNO FERRARI 23/12/2015

Disponível em: <http://epoca.globo.com/vida/experiencias-digitais/noticia/2015/12/chico-buarque-e-era-da-grosseria-online.html>.

Acessado em 9/02/2016.

1 Em **Chico Buarque e a era da grosseria online**, Bruno Ferrari critica as pessoas que

- (A) agridem celebridades em redes sociais.
- (B) se excedem no consumo de álcool.
- (C) costumam ser agressivas.
- (D) não respeitam a opinião alheia.
- (E) se comportam de maneira antiética.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 2/2016 – UFRA, DE 26 DE JANEIRO DE 2016

- 2 No segundo parágrafo do texto, o autor optou pelo emprego da primeira pessoa do plural porque
- (A) concorda com a reportagem de Época.
 - (B) compartilha da opinião dos agressores.
 - (C) considera a “grosseria online” muito comum.
 - (D) se considera uma pessoa grosseira.
 - (E) pensa como a maioria dos internautas.
- 3 Em “Com o aval e o apoio de quem pensa como nós – já que o Facebook nos induz a ler apenas o conteúdo com o qual concordamos – nos tornamos visigodos da era digital em busca de um povo inimigo para exterminar” (11 a 13), a palavra *visigodos* foi empregada como sinônimo de
- (A) bárbaros.
 - (B) estrangeiros.
 - (C) desbravadores.
 - (D) invasores.
 - (E) dominadores.
- 4 Do trecho “Trata-se de um ambiente em que não há espaço para diálogo. Apenas monólogos de quem foi munido por um arsenal de informações recebidas das redes sociais e de sites obscuros e não suporta ser confrontado com uma opinião diferente” (18 a 20), depreende-se que os autores dos “monólogos”
- (A) ignoram o fato de que existem *sites* e redes sociais que veiculam mentiras na internet.
 - (B) não costumam se certificar da legitimidade das fontes das informações que veiculam.
 - (C) tendem a divulgar informações falsas, mesmo que tenham consciência do que fazem.
 - (D) não admitem a possibilidade de estarem divulgando informações e fatos falsos.
 - (E) não se sentem responsáveis pela veracidade das informações que divulgam.
- 5 Em “Vivemos a era da grosseria e da intolerância e sobretudo a era da ignorância” (22), o autor poderia ter empregado a vírgula antes e depois da palavra *sobretudo* com o objetivo de
- (A) marcar duas pausas que ocorrem na expressão oral.
 - (B) separar duas orações que estão contidas no enunciado.
 - (C) atribuir ênfase ao advérbio que modifica o enunciado.
 - (D) evitar ambiguidade na compreensão do enunciado.
 - (E) deixar claro ao leitor o sentido do enunciado.
- 6 Em “Ah, mas aqui ocorre tanto absurdo que eu achei que fosse verdade” (25 a 26), o emprego das aspas se deve
- (A) à ironia que caracteriza o enunciado.
 - (B) ao emprego do discurso direto.
 - (C) ao sentido especial dado ao enunciado.
 - (D) à introdução de uma citação.
 - (E) à ênfase que se quis dar à ideia expressa.
- 7 No segundo enunciado do trecho “É curioso que estejamos nos tornando mais ignorantes numa era em que quase toda a informação pode ser checada com dois cliques do mouse ou a dois toques na tela do celular. Parece que esse segundo toque dá muito mais trabalho do que o primeiro.” (28 a 30), o autor sugere que
- (A) os usuários de aparelhos de telefonia celular são preguiçosos.
 - (B) os computadores são mais lentos do que os telefones.
 - (C) a interação via telefone celular é mais rápida.
 - (D) é mais difícil navegar usando telefones celulares.
 - (E) a maioria da população não sabe utilizar o celular.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 2/2016 – UFRA, DE 26 DE JANEIRO DE 2016

- 8 Para ligar os períodos “Não podemos achar normal que esse comportamento extremo das redes sociais migre para o mundo físico.” (32 a 33) e “São locais de naturezas distintas e, portanto, de reações com proporções e consequências diferentes.” (33 a 34), mantendo a relação entre as ideias que expressam, o autor poderia empregar a conjunção
- (A) pois.
(B) mas.
(C) e.
(D) senão.
(E) contudo.
- 9 No trecho “Não é difícil escolher quais dessas características deveríamos trazer para o mundo real e quais deveriam permanecer nos guetos virtuais.” (37 a 38), a expressão *gueto virtual* se refere a
- (A) uma minoria de internautas que divulgam informações de forma irresponsável.
(B) *sítes* que congregam pessoas que compartilham opiniões sobre determinados temas.
(C) espaços virtuais em que se refugiam pessoas que se consideram vítimas de mentiras.
(D) grupos que pregam a intolerância e disseminam ideias preconceituosas na internet.
(E) redes sociais que se propõem a promover a discussão a respeito de assuntos polêmicos.
- 10 O autor **não** empregou linguagem coloquial em
- (A) “Um bate-boca típico de bar” (02).
(B) “Só sobrou grosseria – uma tendência comportamental que marcou o ano de 2015 no Brasil” (06 a 07).
(C) “Trata-se de um ambiente em que não há espaço para diálogo” (18).
(D) “Compartilhamos textos apenas lendo o título e vendo foto” (23).
(E) “Parece que esse segundo toque dá muito mais trabalho do que o primeiro” (30).

LEGISLAÇÃO

- 11 De acordo com a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e suas alterações, que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, a vacância do cargo público decorrerá de
- (A) ascensão e transferência.
(B) exoneração, demissão, promoção, readaptação, aposentadoria, posse em outro cargo acumulável e falecimento.
(C) transferência, ascensão e redistribuição.
(D) remoção, redistribuição, ascensão e transferência.
(E) somente aposentadoria, falecimento e demissão.
- 12 Contemplam a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e suas alterações, que os servidores investidos em cargo ou função de direção ou chefia e os ocupantes de cargo de natureza especial terão substitutos indicados no regimento interno ou, no caso de omissão, previamente designados pelo dirigente máximo do órgão ou entidade. O substituto fará jus à retribuição pelo exercício do cargo ou função de direção ou chefia ou de cargo de natureza especial, nos casos dos afastamentos ou impedimentos legais do titular
- (A) superiores a 30 (trinta) dias consecutivos, paga na proporção dos dias de efetiva substituição que excederem o referido período.
(B) superiores a 5 (cinco) e, no máximo, de 10 (dez) dias consecutivos, paga na proporção dos dias de efetiva substituição que excederem o referido período.
(C) superiores a 10 (dez) e, no máximo, de 15 (quinze) dias consecutivos, paga na proporção dos dias de efetiva substituição que excederem o referido período.
(D) superiores a 15 (quinze) e, no máximo, de 20 (vinte) dias consecutivos, paga na proporção dos dias de efetiva substituição que excederem o referido período.
(E) superiores a 20 (vinte) e, no máximo, de 25 (vinte e cinco) dias consecutivos, paga na proporção dos dias de efetiva substituição que excederem o referido período.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 2/2016 – UFRA, DE 26 DE JANEIRO DE 2016

- 13 Redistribuição é o deslocamento de cargo de provimento efetivo, ocupado ou vago no âmbito do quadro geral de pessoal, para outro órgão ou entidade do mesmo Poder, com prévia apreciação do órgão central do SIPEC, conforme preceitua a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e suas alterações, observados os preceitos indicados no item:
- (A) somente a manutenção da essência das atribuições do cargo; vinculação entre os graus de responsabilidade e complexidade das atividades; mesmo nível de escolaridade, especialidade ou habilitação profissional; compatibilidade entre as atribuições do cargo e as finalidades institucionais do órgão ou entidades.
 - (B) somente o interesse da administração; equivalência de vencimentos; manutenção da essência das atribuições do cargo; vinculação entre os graus de responsabilidade e complexidade das atividades.
 - (C) somente a equivalência de vencimentos; manutenção da essência das atribuições do cargo; vinculação entre os graus de responsabilidade e complexidade das atividades; mesmo nível de escolaridade, especialidade ou habilitação profissional.
 - (D) interesse da administração; equivalência de vencimentos; manutenção da essência das atribuições do cargo; vinculação entre os graus de responsabilidade e complexidade das atividades; mesmo nível de escolaridade, especialidade ou habilitação profissional; compatibilidade entre as atribuições do cargo e as finalidades institucionais do órgão ou entidade.
 - (E) somente o interesse da administração; equivalência de vencimentos; manutenção da essência das atribuições do cargo; compatibilidade entre as atribuições do cargo e as finalidades institucionais do órgão ou entidade.
- 14 Remoção é o deslocamento do servidor, a pedido ou de ofício, no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança de sede, conforme está previsto na Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Entende-se por modalidades de remoção
- (A) somente de ofício, no interesse da Administração; a pedido, a critério da Administração; a pedido, para outra localidade, independentemente do interesse da Administração, para os seguintes casos: para acompanhar cônjuge ou companheiro, também servidor público civil ou militar, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que foi deslocado no interesse da Administração; por motivo de saúde do servidor, cônjuge, companheiro ou dependente que viva às suas expensas e conste do seu assentamento funcional, condicionada à comprovação por junta médica oficial; em virtude de processo seletivo promovido, na hipótese em que o número de interessados for superior ao número de vagas, de acordo com normas preestabelecidas pelo órgão ou entidade em que aqueles estejam lotados.
 - (B) somente de ofício, no interesse da Administração e a pedido, para outra localidade, independentemente do interesse da Administração, para os seguintes casos: para acompanhar cônjuge ou companheiro, também servidor público civil ou militar, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que foi deslocado no interesse da Administração e por motivo de saúde do servidor, cônjuge, companheiro ou dependente que viva às suas expensas e conste do seu assentamento funcional, condicionada à comprovação por junta médica oficial.
 - (C) somente a pedido, a critério da Administração; a pedido, para outra localidade, independentemente do interesse da Administração, para os seguintes casos: por motivo de saúde do servidor, cônjuge, companheiro ou dependente que viva às suas expensas e conste do seu assentamento funcional, condicionada à comprovação por junta médica oficial; em virtude de processo seletivo promovido, na hipótese em que o número de interessados for superior ao número de vagas, de acordo com normas preestabelecidas pelo órgão ou entidade em que aqueles estejam lotados.
 - (D) somente a pedido, para outra localidade, independentemente do interesse da Administração, para os seguintes casos: para acompanhar cônjuge ou companheiro, também servidor público civil ou militar, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que foi deslocado no interesse da Administração; por motivo de saúde do servidor, cônjuge, companheiro ou dependente que viva às suas expensas e conste do seu assentamento funcional, condicionada à comprovação por junta médica oficial; em virtude de processo seletivo promovido, na hipótese em que o número de interessados for superior ao número de vagas, de acordo com normas preestabelecidas pelo órgão ou entidade em que aqueles estejam lotados.
 - (E) somente de ofício, no interesse da Administração e a pedido, para outra localidade, independentemente do interesse da Administração, para os seguintes casos: para acompanhar cônjuge ou companheiro, também servidor público civil ou militar, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que foi deslocado no interesse da Administração e em virtude de processo seletivo promovido, na hipótese em que o número de interessados for superior ao número de vagas, de acordo com normas preestabelecidas pelo órgão ou entidade em que aqueles estejam lotados.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 2/2016 – UFRA, DE 26 DE JANEIRO DE 2016

- 15 Conceder-se-á ao servidor licença, conforme determinam a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e suas alterações, nas seguintes situações:
- (A) por motivo de doença em pessoa da família; por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro; para o serviço militar; para atividade política e para capacitação, exclusivamente.
 - (B) por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro; para o serviço militar; para atividade política; para capacitação; para tratar de interesses particulares, unicamente.
 - (C) por motivo de doença em pessoa da família; por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro; para o serviço militar; para atividade política; para capacitação; para tratar de interesses particulares; para desempenho de mandato classista.
 - (D) para o serviço militar; para atividade política; para capacitação; para tratar de interesses particulares; para desempenho de mandato classista, somente.
 - (E) prêmio por assiduidade; por motivo de doença em pessoa da família; por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro; para atividade política; para capacitação; para tratar de interesses particulares; para desempenho de mandato classista, unicamente.
- 16 O processo disciplinar é o instrumento destinado a apurar responsabilidade de servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontre investido. O processo disciplinar será conduzido por comissão composta de três servidores estáveis designados pela autoridade competente, que indicará, dentre eles, o seu presidente, que deverá ser ocupante de cargo efetivo superior ou de mesmo nível ou ter nível de escolaridade igual ou superior ao do indiciado, conforme preceitua a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e suas alterações. São penalidades disciplinares:
- (A) advertência; suspensão; demissão; destituição de cargo em comissão; destituição de função comissionada, exclusivamente.
 - (B) advertência; demissão; cassação de aposentadoria ou disponibilidade; destituição de cargo em comissão; destituição de função comissionada, exclusivamente.
 - (C) suspensão; demissão; cassação de aposentadoria ou disponibilidade; destituição de cargo em comissão; destituição de função comissionada, exclusivamente.
 - (D) advertência; suspensão; demissão; cassação de aposentadoria ou disponibilidade, exclusivamente.
 - (E) advertência; suspensão; demissão; cassação de aposentadoria ou disponibilidade; destituição de cargo em comissão; destituição de função comissionada.
- 17 Em todos os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, indireta autárquica e fundacional, ou em qualquer órgão ou entidade que exerça atribuições delegadas pelo poder público, deverá ser criada uma Comissão de Ética, conforme contempla o Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, que cria o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, combinado com a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e suas alterações. À Comissão de Ética incumbe
- (A) fornecer aos organismos encarregados da execução do quadro de carreira dos servidores os registros sobre sua conduta ética, em conformidade com a pena aplicada, e não permitir a concessão de diárias e passagens para tratar de quaisquer assuntos do órgão em que serve.
 - (B) fornecer aos organismos encarregados da execução do quadro de carreira dos servidores os registros sobre sua conduta ética, para o efeito de instruir e fundamentar promoções e para todos os demais procedimentos próprios da carreira do servidor público.
 - (C) fornecer aos organismos encarregados da execução do quadro de carreira dos servidores os registros sobre sua conduta ética, em conformidade com a pena aplicada, impossibilitando assumir cargos ou funções de confiança.
 - (D) fornecer aos organismos encarregados da execução do quadro de carreira dos servidores os registros sobre sua conduta ética, em conformidade com a pena aplicada, proibido de receber promoção e posse em outro cargo inacumulável, quando for o caso.
 - (E) fornecer aos organismos encarregados da execução do quadro de carreira dos servidores os registros sobre sua conduta ética, em conformidade com a pena aplicada, e não permitir a concessão da aposentadoria.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 2/2016 – UFRA, DE 26 DE JANEIRO DE 2016

- 18 Estabelece o Decreto nº 5.825, de 29 de junho de 2006, as diretrizes para elaboração do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, instituído pela Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005. O dimensionamento das necessidades institucionais de pessoal, objetivando estabelecer a matriz de alocação de cargos e definir os critérios de distribuição de vagas, dar-se-á mediante
- (A) I - a análise do quadro de pessoal, inclusive no que se refere à composição etária e à saúde ocupacional; II - a análise da estrutura organizacional da IFE e suas competências e III - a análise dos processos e condições de trabalho, somente.
 - (B) I - a análise do quadro de pessoal, inclusive no que se refere à composição etária e à saúde ocupacional; II - a análise da estrutura organizacional da IFE e suas competências e III - as condições tecnológicas da IFE, somente.
 - (C) I - a análise do quadro de pessoal, inclusive no que se refere à composição etária e à saúde ocupacional; II - a análise dos processos e condições de trabalho e III - as condições tecnológicas da IFE, somente.
 - (D) I - a análise do quadro de pessoal, inclusive no que se refere à composição etária e à saúde ocupacional; II - a análise da estrutura organizacional da IFE e suas competências; III - a análise dos processos e condições de trabalho e IV - as condições tecnológicas da IFE.
 - (E) I - a análise da estrutura organizacional da IFE e suas competências; II - a análise dos processos e condições de trabalho e III - as condições tecnológicas da IFE, somente.
- 19 Institui o Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006, a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. São instrumentos da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal
- (A) I - plano semestral de capacitação; II - relatório de execução do plano semestral de capacitação e III - sistema de gestão financeira.
 - (B) I - plano bimestral de capacitação; II - relatório de execução do plano bimestral de capacitação e III - sistema de gestão de informação.
 - (C) I - plano anual de capacitação; II - relatório de execução do plano anual de capacitação e III - sistema de gestão por competência.
 - (D) I - plano trimestral de capacitação e II - relatório de execução do plano trimestral de capacitação.
 - (E) I - plano quadrimestral de capacitação e II - relatório de execução do plano quadrimestral de capacitação.
- 20 Estabelece o Decreto nº 5.378, de 23 de fevereiro de 2005, o Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização – GESPÚBLICA – e o Comitê Gestor do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização, e dá outras providências. O Comitê Gestor do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização, no âmbito do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, tem o objetivo de formular o planejamento das ações do GESPÚBLICA, bem como coordenar e avaliar a execução dessas ações. O Comitê Gestor terá a seguinte composição:
- (A) I - um representante do Ministério da Educação, que o coordenará; II - um representante da Presidência do Senado Federal e III - representantes de órgãos e entidades da administração pública, assim como de entidades privadas sem notório engajamento em ações ligadas à qualidade da gestão e à desburocratização, conforme estabelecido pelo Ministro da Educação.
 - (B) I - um representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, que o coordenará; II - um representante da Câmara e III - representantes de órgãos e entidades da administração pública, assim como de entidades privadas com notório engajamento em ações ligadas à qualidade da gestão e à desburocratização, conforme estabelecido pelo Ministro de Ciência, Tecnologia e Inovação.
 - (C) I - um representante do Ministério da Cultura, que o coordenará; II - um representante da Casa Civil do Governo do Estado e III - representantes de órgãos e entidades da administração pública, assim como de entidades privadas com notório engajamento em ações ligadas à qualidade da gestão e à desburocratização, conforme estabelecido pelo Ministro da Cultura.
 - (D) I - um representante da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, que o coordenará; II - um representante do Ministério da Educação e III - representantes de órgãos e entidades da administração pública, assim como de entidades privadas sem notório engajamento em ações ligadas à qualidade da gestão e à desburocratização, conforme estabelecido pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.
 - (E) I - um representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que o coordenará; II - um representante da Casa Civil da Presidência da República e III - representantes de órgãos e entidades da administração pública, assim como de entidades privadas com notório engajamento em ações ligadas à qualidade da gestão e à desburocratização, conforme estabelecido pelo Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

- 21 Conforme o *Caput* Art. 205 da Constituição Federal de 1988, a finalidade da educação é “o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Esta referência traduz a seguinte concepção de educação, presente na Lei n. 9.394/1996:
- (A) Educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.
 - (B) Educação diz respeito a processo educativo escolar, nas instituições formais de ensino e pesquisa, nos processos de pesquisa e extensão, desenvolvidos nas diversas instituições da sociedade civil.
 - (C) Educação abrange os processos formativos formais que se desenvolvem nas instituições escolares oficiais, conveniadas e comunitárias, com uma base legal e institucional aprovada pelos órgãos dos sistemas de ensino.
 - (D) Educação é aquele processo normatizado pela legislação que define o vínculo entre a escola e o mundo do trabalho e a prática social, formando sujeitos plenos de direitos e preparados para o exercício profissional.
 - (E) Educação é o processo de formação do sujeito, que se encerra na família, na escola, no bairro, nas instituições sociais e no mercado de trabalho.
- 22 Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB n. 9.394/1996), a educação escolar brasileira é composta pelos seguintes de níveis:
- (A) Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio.
 - (B) Educação Básica, Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional.
 - (C) Educação Básica, Educação Especial e Educação Superior.
 - (D) Educação Fundamental, Ensino Médio e Educação Superior.
 - (E) Educação Básica e Educação Superior.
- 23 Considere as afirmações sobre a Lei que instituiu o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB (Lei n. 11.494, de 20/06/2007).
- I Ampliou o financiamento para toda a Educação Básica.
 - II Redefiniu os impostos que o compõem e acresceu a percentagem de arrecadação para 20%.
 - III Seu raio de abrangência ficou instituído ao atendimento do Ensino Fundamental e Ensino Médio.
 - IV Redefiniu que 60% dos recursos arrecadados deverão ser investidos na valorização do magistério.
 - V O Fundeb é a materialização do aumento do PIB na Educação.
- Estão corretos os itens
- (A) I, II e III.
 - (B) I, II e IV.
 - (C) II, IV e V.
 - (D) I, III e V.
 - (E) II, III e IV.
- 24 De acordo com o Decreto n. 5.154, de 23 de julho de 2004, que regulamenta a Educação Profissional, modalidade prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9.394/96, esta será desenvolvida em
- (A) cursos em nível médio e programas de qualificação profissional.
 - (B) formação inicial e continuada de trabalhadores; educação técnica em nível médio; educação tecnológica de graduação e pós-graduação.
 - (C) cursos técnicos em nível médio; cursos concomitantes ao ensino médio; cursos tecnológicos subsequentes.
 - (D) formação inicial e continuada para aqueles que já concluíram o ensino médio; programas de educação profissional integrada.
 - (E) formação em nível médio técnico e tecnológico; formação em nível superior profissionalizante.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 2/2016 – UFRA, DE 26 DE JANEIRO DE 2016

- 25 O Plano Nacional de Educação, regulamentado por meio da Lei n. 13.0005/2014, em sua Meta 2, propõe, até seu prazo de vigência a universalização,
- (A) do Ensino Fundamental de 9 (nove) anos para a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos.
 - (B) da Educação Infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos.
 - (C) da Educação Infantil em creches para as crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos.
 - (D) do Ensino Médio para a população de 15 (quinze) a 18 (dezoito) anos.
 - (E) da Educação Básica em todos os níveis e modalidades.
- 26 A Meta 12 do Plano Nacional de Educação, Lei n. 13.005/2014, propõe que o estado brasileiro eleve as taxas de matrícula no Ensino Superior a partir da seguinte estratégia:
- (A) ampliar a oferta de vagas, por meio da expansão e interiorização da rede federal de educação superior, da rede federal de educação profissional e da Universidade Aberta do Brasil.
 - (B) ampliar as políticas de inclusão e de assistência estudantil somente aos estudantes egressos de instituições públicas.
 - (C) expandir o atendimento do ensino médio gratuito integrado à formação profissional, especialmente às populações indígenas e quilombolas.
 - (D) assegurar, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total de créditos curriculares da Graduação em programas e projetos de pesquisa e extensão universitária.
 - (E) ampliar em 50% a oferta de estágio curricular em diversas organizações sociais, de modo a inserir o estudante da graduação no mundo do trabalho.
- 27 No início do Século XX, vimos surgir experiências educativas que se opuseram à educação tradicional e preconizaram que a aprendizagem deveria ocorrer em contato com o ambiente externo à escola, em que a criança e os seus interesses seriam considerados o centro do processo educativo. Esse modelo pedagógico foi denominado de Escola
- (A) Nova.
 - (B) Crítica.
 - (C) Tecnicista.
 - (D) Construtivista.
 - (E) Crítico Social dos Conteúdos.
- 28 As correntes filosóficas que influenciaram, de forma prioritária, o processo de organização escolar brasileira foram
- (A) humanista tradicional e moderna;
 - (B) humanista e materialista dialético;
 - (C) tradicional e analítica;
 - (D) humanista tradicional e moderna, analítica e dialética;
 - (E) tradicional burguesa, tecnoburocrática e analítica.
- 29 Segundo a teoria de Jean Piaget, o conhecimento objetivo é uma aquisição construída pelas crianças a partir de suas grandes reestruturações globais mentais. Neste sentido, é correto afirmar que
- (A) para uma psicologia e pedagogia associacionista, todos os erros da criança são semelhantes.
 - (B) o caminho em direção à aquisição do conhecimento é linear e consecutivo.
 - (C) para Piaget, é importante perceber os erros construtivos, pois eles se constituem pré-requisitos necessários para a aquisição do conhecimento.
 - (D) para Piaget, a compreensão de um dado conhecimento prescinde da possibilidade de o sujeito protagonizar este processo.
 - (E) para Piaget, o sujeito é um receptor de conhecimentos que devem ser trabalhados de forma lenta e gradual.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 2/2016 – UFRA, DE 26 DE JANEIRO DE 2016

30 Considere as afirmações sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB:

- I O Fundeb, sancionado na Lei n. 11.494/2007, ampliou o atendimento e redefiniu o percentual de arrecadação para 20%.
- II O Fundeb promove a distribuição dos recursos com base no número de alunos matriculados na Educação Básica pública.
- III O Fundeb terá a vigência de 14 anos.
- IV O Fundo é formado pelas receitas de impostos da União, dos Estados e dos Municípios.
- V O Fundeb é composto pelos recursos do Salário Educação num percentual de 50%.

Estão corretos os itens

- (A) I, II, IV e V, somente.
- (B) I, III, IV e V, somente.
- (C) II, IV e V, somente.
- (D) I, II, III e IV, somente.
- (E) III, IV e V, somente.

31 A Política Nacional de Avaliação da Educação brasileira foi instituída em 1995 e o seu sistema é composto pelos seguintes processos de avaliação de desempenho escolar:

- I Programa Internacional de Avaliação dos Estudantes – PISA;
- II Avaliação Nacional da Alfabetização – ANA;
- III Avaliação Nacional da Educação Básica – ANEB;
- IV Avaliação Nacional do Rendimento no Ensino Escolar – ANRESC;
- V Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM.

Estão corretos os itens

- (A) I, II, IV e V, somente.
- (B) II, III, IV e V, somente.
- (C) I, III, IV e V, somente.
- (D) III, IV e V, somente.
- (E) I, II, III e IV, somente.

32 Sobre os Conselhos Escolares, concebidos como instância normativa, consultiva e deliberativa da comunidade escolar, é correto afirmar que

- (A) devem avaliar a evolução do IDEB de seu estabelecimento de ensino, propondo metas que devem ser atingidas visando a uma melhor posição da escola no *ranking* do sistema de ensino.
- (B) devem fiscalizar as atribuições da direção escolar, propondo atividades que devem ser executadas tão somente pela equipe técnico-pedagógica da escola.
- (C) devem garantir espaços de participação da comunidade escolar, atuando em mobilização, discussão, deliberação, acompanhamento e avaliação das questões pedagógicas, administrativas e financeiras da escola.
- (D) devem ser órgãos normativos e técnico-administrativos que interpretam e resolvem a aplicação da legislação educacional nas questões intra e extraescolar.
- (E) devem ser mecanismos burocráticos que, segundo suas competências e atribuições, atuam na garantia do direito ao acesso e à permanência das crianças na escola.

33 Para o processo de regularização de um curso nas instâncias universitárias é necessário que seja elaborado o projeto pedagógico do curso, que deverá respeitar as orientações do seguinte aporte jurídico:

- (A) as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica.
- (B) as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação.
- (C) as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Superior e Profissional.
- (D) as Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação de Professores.
- (E) as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Formação Técnica e Tecnológica.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 2/2016 – UFRA, DE 26 DE JANEIRO DE 2016

- 34 Sobre o paradigma de avaliação do ensino que valoriza a institucionalização de processos participativos dos sujeitos envolvidos no processo ensino e aprendizagem, é correto afirmar que
- (A) o processo de avaliação deverá ser contínuo, respeitando tempos e percursos de aprendizagem, valorizando as descobertas dos alunos e iniciativas inovadoras dos professores.
 - (B) o professor seguirá a programação dos conteúdos, promovendo atividades que acelerem o processo de aquisição de conhecimentos.
 - (C) o processo de avaliação deverá ser flexível para que possa mover-se diante de novos conteúdos a serem tratados, cuidando para respeitar o calendário de provas estabelecido.
 - (D) o processo de aprendizagem do aluno será acompanhado cotidianamente pelo professor, para que possa seguir os percursos programados *a priori* pelo professor.
 - (E) a proposta de uma avaliação participativa exige uma nova concepção de educação e uma base metodológica que promova o ajuste do tempo escola e diminua os grupos heterogêneos em sala de aula.
- 35 O conceito que expressa o significado de extensão universitária para as instituições de ensino superior no Brasil é:
- (A) extensão universitária é a ação de prestação de serviços da universidade para a comunidade em seu entorno, oferecendo, especialmente, ações de saúde e educação.
 - (B) extensão universitária é uma das dimensões acadêmicas da formação do educando que fortalece sua caminhada na pós-graduação.
 - (C) extensão universitária é o processo técnico-pedagógico de democratização do conhecimento por meio das ações desenvolvidas pelas faculdades dos cursos de graduação.
 - (D) extensão universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade.
 - (E) extensão universitária é o processo de produção do conhecimento adquirido por meio da pesquisa acadêmico-científica, disseminado em eventos universitários.
- 36 Em relação às instituições de educação superior credenciadas como universidade na legislação brasileira, é correto afirmar que
- (A) podem receber subvenções, doações, heranças, legados e cooperação financeira resultante de convênios exclusivamente de entidades públicas.
 - (B) a elaboração e/ou reforma de seus estatutos e regimentos apenas podem ser realizadas com autorização do órgão coordenador do sistema nacional de educação, que é o Ministério da Educação.
 - (C) não gozam de autonomia de gestão financeira e patrimonial.
 - (D) são unicamente instituições pluridisciplinares de formação de quadro profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano.
 - (E) podem ser criadas como universidades especializadas por campo de saber.
- 37 Na busca de concretizar a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão na educação superior, alguns aspectos devem ser observados, como
- (A) assegurar, no mínimo, 30% (trinta por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social.
 - (B) fomentar estudos e pesquisas articuladas entre formação, currículo, pesquisa e mundo do trabalho, abstraindo-se de considerar as necessidades econômicas, sociais e culturais do País.
 - (C) refletir sobre a produção de conhecimento na pesquisa e na extensão, que devem ser objeto de debates nos diferentes processos formativos da graduação e da pós-graduação.
 - (D) constituir o docente enquanto pesquisador(a), na perspectiva de demonstrar o sentido da ciência como conhecimento acabado e conclusivo, sem possibilidades de mudanças no decorrer do tempo.
 - (E) trabalhar a pesquisa como fundamental para a boa formação profissional, no entanto, sem estreito contato com a sociedade, para que não influencie na isenção da produção de conhecimento.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 2/2016 – UFRA, DE 26 DE JANEIRO DE 2016

38 O debate sobre direitos humanos na educação brasileira vem tomando proporções interessantes e importantes, em especial na última década, no sentido de sua inserção curricular.

Avalie os itens a seguir.

- I O tratamento dos conhecimentos da área pode ser realizado por meio de temas relacionados e tratados interdisciplinarmente, em uma perspectiva de transversalidade.
- II Incorporando a promoção, proteção, defesa e aplicação na vida cotidiana e cidadã de sujeitos de direitos, sem considerar as dimensões individuais e coletivas.
- III Pela combinação de transversalidade e disciplinaridade, alcançando uma maneira mista de trabalhar as questões.
- IV Com uso de diferentes estratégias didático-pedagógicas relacionadas a materiais de mídia, jogos educativos, debates, exposições e eventos participativos.
- V Quando há o incentivo da produção de materiais didáticos e paradidáticos, com orientação e aplicação exclusiva na educação superior, tendo como princípios orientadores os Direitos Humanos e, por extensão, a Educação em Direitos Humanos.
- VI Por meio de conteúdos específicos de uma das disciplinas já existente no currículo.

Estão corretos os itens

- (A) I, II, III e IV.
- (B) II, III, V e VI.
- (C) I, III, IV e VI.
- (D) II, IV, V e VI.
- (E) I, III, V e VI.

39 A Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, define seus princípios básicos. Entre os itens a seguir, aponte **o único** que está coerente com a normativa:

- (A) A unicidade como categoria de análise fundamental em formação, análises, estudos e produção de conhecimento sobre o meio ambiente.
- (B) A independência do meio natural em relação aos meios socioeconômico e cultural, sob o enfoque humanista, democrático e participativo.
- (C) Centralidade de ideias e concepções pedagógicas.
- (D) Vinculação entre ética, educação, trabalho e práticas sociais na garantia de continuidade dos estudos e da qualidade social da educação.
- (E) Uma abordagem crítica e transformadora dos desafios ambientais a serem enfrentados pelas atuais e futuras gerações, focada na dimensão local.

40 A avaliação das instituições de educação superior é realizada no âmbito do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), que, para cumprir seus objetivos e finalidades, compreende diferentes processos de avaliação institucional. Neste sentido, é correto afirmar que

- (A) Avaliação interna exclusivamente das instituições públicas de educação superior.
- (B) Avaliação externa apenas das instituições privadas, comunitárias e confessionais, de educação superior.
- (C) Avaliação do desempenho acadêmico dos estudantes de cursos de graduação.
- (D) Avaliação dos cursos de graduação e especialização.
- (E) Avaliação dos cursos de pós-graduação.

41 As atividades da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), Fundação do MEC, podem ser agrupadas em diferentes linhas de ação, sendo correto afirmar:

- (A) Os investimentos na formação de recursos de alto nível apenas em âmbito nacional.
- (B) A avaliação da pós-graduação *stricto sensu* e *lato sensu*.
- (C) O acesso e divulgação da produção científica.
- (D) Promoção da cooperação científica nacional e países do MERCOSUL.
- (E) Indução e fomento da formação continuada de professores para a educação superior no formato a distância.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 2/2016 – UFRA, DE 26 DE JANEIRO DE 2016

- 4.2 Em relação à avaliação de instituições, de cursos e de desempenho dos estudantes, de acordo com a Lei Ordinária Nº 10.861 de 14/04/2004, é correto afirmar que
- (A) todos os procedimentos, dados e resultados dos processos avaliativos devem ser de caráter sigiloso, com informação apenas para a direção da instituição avaliada.
 - (B) a avaliação da aprendizagem, interna e externa, contemplando a análise global e integrada das dimensões, estruturas, relações, compromisso social, atividades, finalidades e responsabilidades sociais das instituições de educação superior e de seus cursos.
 - (C) deve-se observar o respeito à identidade e à diversidade de instituições e de cursos.
 - (D) a mobilização e convocação obrigatória através dos principais veículos de comunicação do respectivo estado para assegurar a participação intensa da comunidade acadêmica.
 - (E) a participação exclusiva da comunidade interna que compreende os corpos discente e docente das instituições de educação superior.
- 4.3 A aula expositiva é uma técnica que pode compor os procedimentos metodológicos do docente em diferentes espaços educativos, dentre os quais a sala de aula. A partir de uma perspectiva avançada e dialética de ensino, é correto afirmar que
- (A) os procedimentos para efetivação da aula expositiva são centrados no docente, como o principal e único responsável pela sua concretização.
 - (B) o processo didático-pedagógico implementado é concebido a partir de uma racionalidade objetiva, controlada e eficiente, aplicável em quaisquer situações.
 - (C) uma concepção pedagógica fundamenta e define o lugar que a aula expositiva pode ocupar nos processos de ensino e de aprendizagem, no horizonte de uma prática social a qual ela serve.
 - (D) os recursos técnicos, materiais e metodológicos têm um papel preponderante e autônomo na solução e no desenvolvimento das questões relacionadas ao ensino e à aprendizagem.
 - (E) a assimilação dos conhecimentos por parte dos discentes é algo certo, comprovado, por constituir-se em uma aprendizagem significativa e garantida, sem qualquer margem de dúvidas.
- 4.4 Em relação à compreensão da relação entre trabalho e educação, é correto afirmar que
- (A) a relação entre trabalho e educação só deve ser analisada e discutida no âmbito dos cursos da indústria, tendo, portanto, uma característica essencialmente urbana.
 - (B) a relação entre trabalho e educação tem como fundamentos únicos as definições que se estabelecem em torno das ideias do taylorismo.
 - (C) a compreensão mais complexa e abrangente do debate sobre a educação do campo não pode prescindir das perspectivas teóricas, epistemológicas e metodológicas tratadas pela relação entre trabalho e educação.
 - (D) a partir de referências teóricas progressistas e avançadas que demarcam o campo educativo no contexto atual, não há nenhuma implicação epistemológica quando se expressar trabalho-educação ou educação-trabalho.
 - (E) as dimensões a serem consideradas para uma concepção ampliada da relação entre trabalho e educação são a supervisão, a disciplina, o controle, a divisão do trabalho, a especialização e a produtividade.
- 4.5 É correto afirmar, sobre o Projeto Político Pedagógico de Curso, em um sentido democrático e participativo, que
- (A) pode ser elaborado sem atenção para os aspectos da vida cotidiana, para as experiências, para as vivências, a fim de ampliar a reflexão.
 - (B) é interdependente da autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira da instituição educacional, sendo um dos meios de viabilizar uma instituição democrática para todos e com qualidade social.
 - (C) sua construção é uma forma desiludida de ação, principalmente quando se entendeu que não precisa haver nenhuma superação, apenas aceitação dos limites que se apresentavam na instituição.
 - (D) é construído por meio da ausência de uma organização mais efetiva, para que a tomada de decisões e os pactos escritos tenham mais vínculo com o cotidiano e com a práxis diária de cada um.
 - (E) demarca a presença da mesmice, de ações fatalistas e de pensamentos acomodados pautados em expressões clássicas como a sorte.